

# Govêrno Sem Política

Um mês já tem de vida o novo govêrno da República. Num mês não se pode fazer muito, e ainda menos se pode fazer tudo. Mas mais que tempo seria já de conhecer-se a política do govêrno. No sistema parlamentar, conhecer-se-ia ela préviamente, pois nenhum govêrno se admite sem a apresentação e a necessária aprovação do seu programa administrativo, sem que diga quais as questões que comportam e merecem solução imediata e como se devam elas resolver. No sistema presidencial, outros são os estilos; elege-se primeiro o governante mediante a apresentação de uma plataforma genérica, e depois se verá o que êle pode ou quer realmente fazer.

Estes são os estilos, mas um mês seria prazo mais do que suficiente para que o govêrno mostrasse claramente ao que veio. Tirante a promessa, longe ainda de cumprir-se, do barateamento da carne, e os cortes feitos pelo sr. João Cleófas no orçamento da Agricultura, nada ainda se conhece do seu programa administrativo.

Tôda a atividade do govêrno se tem consumido, neste primeiro mês, em preencher cargos e distribuir proventos. Claro é que todo govêrno tem de começar por fazer algumas modificações no quadro administrativo. Mas, na verdade, o que por ora se tem feito é simplesmente a política do poder. Há um mês, que toda a vida pública do País se reduz a uma luta por posições. De outra coisa não se tem notícia. Os acôrdos e os dissídios partidários não giram em tôrno de determinadas soluções, mas, sim, de determinadas nomeações. A isto se chama governar ou administrar.

Dêste vício não se pode culpar exclusivamente o sr. Getúlio Vargas. Por feitio e por educação, êle só vê no govêrno o poder, e, por isto, tão cioso se mostra das prerrogativas do seu cargo. A política é, para êle, como também para muitos outros, a arte de conquistar, manter e fruir o poder. Mas a verdade é que, sendo êle um fervoroso adepto do govêrno pessoal, o sistema presidencial lhe favorece grandemente estas tendências. Eleito por cinco anos presidente da República, sendo inamovível e praticamente irresponsável, nada, neste regime, o obriga a violentar-se, a esfôrçar-se, para adaptar o seu govêrno às necessidades nacionais e aos reclamos da opinião pública. Se, decorrido um mês, pouco se percebe da política administrativa do govêrno, meses e anos poderão passar sem que ela se defina ou esclareça. O sr. Getúlio Vargas é, por excelência, oportunista, não ama os grandes esforços e não compreende a utilidade dos princípios. Se êste é o homem, para êle parece feito o regime, que também não sabe o que fazer das idéias, dos princípios, dos partidos, e dos homens também não faz muita conta.

O govêrno do sr. Getúlio Vargas não tem, pois, nenhuma política. Cada um dos seus membros, tomado individualmente, pode ter a sua; esta, porém, se anula, por chocar-se com a dos colegas. Tal é justamente o clima que serve ao chefe, para exercer sem embaraços o seu oportunismo.

Típico é o que se verifica com a política exterior. O ministro da pasta tem uma orientação conhecida e definida. E' a sua a política de apoio às democracias ocidentais. Quanto ao ilustre sr. João Neves, não poderia haver, pois, a menor dúvida. Mas o ministro da Guerra, chefe de uma grande corrente no Exército, tem uma orientação oposta e favorece o totalitarismo russo. Dir-se-á que, no caso, a orientação do govêrno é a de ministro da pasta pertinente, a do Exterior. Mas, nem tanto, porque, ainda quando à guerra não se chegue, será preciso estar preparado para todas as consequências da política adotada pelo ministro do Exterior. Por outras palavras, precisa êste da colaboração leal e decidida do ministro da Guerra. Estas contradicções internas não impressionam o presidente da República, porque favorecem o seu visceral oportunismo. Chegado o momento, êle escolherá entre as várias políticas a que mais lhe convenha.

Assim vai andando o govêrno, um mês depois de empossado.